

**40º Encontro Anual da Anpocs;**

**MR13 - História da sexualidade de Michel Foucault, 40 anos depois: poder, sexualidade e gênero nas Ciências Sociais.**

**Autora:** Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA), Igor do Carmo Santos (UFPA), Vilma Nonato de Brício (UFPA), Maria Lúcia Chaves Lima (UFPA).

**Título:** Contribuições do volume I do livro História da Sexualidade para as Ciências Sociais

## Introdução

O primeiro volume de história da sexualidade, escrito por Michel Foucault há quarenta anos tem grande relevância para as ciências sociais. O objetivo desse trabalho é abordar as contribuições desse livro para o debate nas ciências sociais, na medida em que apresenta a descrição da biopolítica enquanto uma maneira de gerir relações sociais e instituições, a partir da segunda metade do século XIX com fins de governar a vida da população pela categoria sexualidade.

Foucault teceu uma articulação com teorias políticas, psicanalíticas, econômicas, sociológicas e antropológicas, ao constituir uma analítica do poder, a qual é vinculada à entrada da vida na história como espécie. Assim, Foucault retomou a afirmativa de Aristóteles que o homem é um animal político e problematizou os massacres das guerras e dos regimes totalitários que ocorreram durante o século XX, considerando a biopolítica.

Ainda vale mencionar que Foucault historicizou as relações familiares baseadas no dispositivo da aliança e no da sexualidade, apontando os seus efeitos na conjugalidade, na histericização dos corpos das mulheres, na pedagogização da infância e na psiquiatrização do prazer perverso. Por fim, é relevante ressaltar as análises realizadas entre lei, norma, Estado, poder, soberania, subjetividade, sociedade e economia, feitas por Foucault nesse importante livro.

Aparentemente, diz Foucault (2003), após um período (por volta do início do séc. XVII) em que as práticas relativas à sexualidade não guardavam tanto segredo, e em que de alguma maneira os corpos “pavoneavam”, vê-se uma crescente prática de “cuidado” em relação ao sexo, pois, sobre ele, deve-se calar, deve-se ficar restrita a um lugar específico dentro da nossa sociedade e, mais especificamente, em um lugar preciso dentro da casa: o quarto do casal. Esse seria o lugar da sexualidade, o lugar da norma, o modelo conjugal como o modelo do bom uso do sexo, aquele que tem como função unicamente a procriação.

As outras sexualidades, que não teriam esse fim, seriam sexualidades ilegítimas, que vão ter seus espaços específicos para se revelarem (os prostíbulos, as casas de saúde, a clínica etc.), pelo menos se pagarem um bom preço. Apesar dessa leitura sobre a história da sexualidade apoiada em uma hipótese repressiva, Foucault nos chama a atenção para um uso correlato nessa formulação da sexualidade em termos repressivos: o que ele chamou de benefício do locutor. Segundo ele, a partir do momento em que o sexo é reprimido, falar dele se torna algo de caráter transgressor, subversivo, e que passa a “pregar” a chegada das “boas novas”, a libertação da sexualidade de sua repressão, a revelação de sua verdade e a promessa de felicidade para todos.

Com isso, Foucault dará início ao seu estudo se questionando como, afinal, uma sociedade que se julga tão reprimida apresenta, paralelo a isso, uma vontade de saber (pista deixada por Foucault logo no título desta primeira série) que a leva a querer revelar “a” verdade sobre a sexualidade. Esse aparente paradoxo só poderá ser resolvido se ao invés de escrevermos a história da sexualidade pautada na interdição, ou seja, em uma hipótese repressiva, a colocarmos em uma economia geral dos discursos em que o sexo se entrecruza com todo um regime de saber-poder em nossa sociedade moderna.

Se o início do século XVII é conhecido pela emergência da repressão sobre o sexo, ela vai marcar também o início de uma proliferação de discursos sobre o sexo. Esses discursos se multiplicarão nas próprias instâncias de poder: eles incitarão a falar sobre o sexo cada vez mais e com necessidades de detalhes: precisa-se saber tudo. Uma das técnicas que irão ser utilizadas dentro dessa produção discursiva será do poder pastoral. Foucault não desenvolve esse conceito de poder pastoral em *A Vontade de Saber*.

Entretanto, no texto “O Sujeito e o Poder”, Foucault (1995) apresenta algumas características específicas desse tipo de poder. Segundo ele, o poder pastoral nasce no interior do cristianismo e é uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo; não é apenas uma forma de poder que comanda, mas deve estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho.

Portanto, é diferente do poder real que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono; é uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida; finalmente, esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e uma capacidade de dirigi-la.

O uso da confissão, tão utilizada para a penitência dentro da Igreja Católica, vai ser apropriado pelas diversas instâncias do poder como uma técnica que deve extrair e buscar a verdade sobre o sexo no seu mais distante esconderijo: “a alma”. Não apenas dizer sobre o uso do corpo, mas dizer sobre os próprios pensamentos, desejos, sonhos, ir além e produzir sobre cada um deles uma verdade. Mais do que um interesse religioso, o sexo passa a ter um interesse público, e é assim que ele vai precisar ser analisado, contabilizado, classificado e especificado; mais do que um discurso moral, sobre o sexo será produzido um discurso racional.

Com a sua racionalização, seria possível, então, geri-lo, verificar sua utilidade, regulá-lo para um uso eficiente e para o bem de todos, como força estatal. A sexualidade aparece como um problema de controle da população. Era preciso construir todo um corpo de saberes sobre a sexualidade, para que assim, esse controle se desse de forma mais eficiente.

É dentro dessa vasta produção discursiva que aparece a *scientiasexualis*. Esta se apropria da confissão como técnica fundamental para a produção da verdade. Nesse momento, já se percebe uma inversão da relação que é colocada do sujeito com a confissão. Se no início o sujeito era impelido por uma autoridade externa a ter que confessar suas “verdades”, vê-se depois que ele próprio se sente impelido a revelá-la, como se a verdade tivesse de sair e dizer algo. Somos consumidos por uma vontade de saber.

É essa “vontade de saber” que marca a relação estabelecida da sociedade moderna com o sexo e sobre a qual Foucault vai se interessar por desenvolver uma história da sexualidade que deve ser empreendida não pela via da repressão, e toda uma estrutura de soberania que lhe é correlata, mas por uma analítica do poder que estuda os mecanismos de produção de saberes

e poderes voltados para um controle da sexualidade. Primeiro, indica que analisar a formação de certo tipo de saber sobre o sexo, não deve ir pela via da repressão, mas em termos de poder.

E esse poder não é algo abstrato, que se localiza em certo ponto no qual se exerceria uma dominação, mas em múltiplos pontos, em relações múltiplas, no qual o poder se exerce sempre em ação. “O” poder está em todos os pontos, em todas as relações, a ele nada escapa e dele não se escapa, provém de todos os lugares. Como o poder se exerce apenas em relação, estamos sempre “dentro” dele, e com ele exercemos sujeições, mas também apresentamos resistências:ninguém está unicamente em um “lado” do poder. Ele é múltiplo e nos cerca de diversas maneiras.

Apesar dessa multiplicidade, as estratégias de poder podem se organizar de tal maneira a criar conjuntos estratégicos e dispositivos gerais que produzam, ou tentem produzir, uma uniformidade e homogeneidade em seus efeitos (Foucault, 2003).Esses conjuntos estratégicosé que vão dar a pista para Foucault apontar a sexualidade como um dispositivo. Em outro texto, Foucault (2012) aponta o dispositivo como sendo:

Em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (p. 364).

Nesse sentido, a sexualidade vai aparecer como um dispositivo estratégico para um tipo de poder que se desenvolve em nossa sociedade, que vai se diferenciar do antigo poder de soberania por ser uma forma de poder que vai tentar se apropriar da própria vida, não mais “fazendo morrer” e “deixando viver” como nessa outra forma de poder citado, mas sim o seu inverso, ou seja, “fazendo viver e deixando morrer”. Essa biopolítica tenta se apropriar da vida em todos os seus aspectos, se exerce através de tecnologias de poder, saber e

subjetivação. A norma como aquela que se aplica tanto a um corpo que se disciplina como a uma população que se regulamenta.

Norma já não será um outro nome para regra, antes vai designar ao mesmo tempo um certo tipo de regras, uma maneira de as produzir e, sobretudo, um princípio de valorização. E certo que a norma designa sempre uma medida que serve para apreciar o que é conforme a regra e o que dela se distingue, mas esta já não se encontra ligada à ideia de rectidão; a sua referência já não é o esquadro, mas a média; a norma toma agora o seu valor de jogo das oposições entre o normal e o anormal ou entre o normal e o patológico. (Ewald, 1993: 81).

Assim, a sociedade de normalização se caracteriza por ser um poder que tomou posse da vida, incumbiu-se da vida, conseguiu se apossar de toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico do corpo à população. Assim que a sexualidade vai se tornar um dispositivo dentro dessa sociedade da norma, pois a sexualidade diz respeito tanto ao individual, mas, sobretudo, devido aos seus efeitos procriadores que deságuam na unidade múltipla, na população (um corpo social forjado para que pudesse se aplicar uma norma, nesse caso, uma regulação).

No século XVIII, foi o surgimento da "população", como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um "povo", porém com uma "população", com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e habitat. (Foucault, 1988, p. 31).

Em um plano coletivo, uma sexualidade devassa, pervertida, incontrolável, gera efeitos no plano da população, e é aí que o mecanismo hereditário entra em cena como um fator e canal de transferência de deformidade e alterações somáticas de todo o tipo. São esses elementos que irão atravessar todo um discurso higienista/médico que irá predominar os centros médicos da segunda metade do século XIX, que vai ser bem representado principalmente pela teoria chamada de “degenerescência”. Essa é uma das faces em que aparece o paradoxo desse mecanismo de governo, atuando sobre a sexualidade.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. (Foucault, 1999, p. 304).

Um eixo analítico da biopolítica se estabelece para Foucault (1999) na problematização da vinculação entre racismo de Estado e sociedade com o aparecimento da vida enquanto objeto de preocupação, como espécie biológica, na história. O dispositivo da sexualidade assinala um corte nessa discussão, na medida em que é pelo sexo e sexualidade que poderia ser transmitido um conjunto de heranças valoradas e hierarquizadas, na sociedade moderna, como exemplo: características genéticas, doenças sexualmente transmissíveis, anomalias/mutações, supostas identidades sexuais (inatismo) e criação de um psiquismo supostamente normal e/ou anormal.

As novas estratégias médico-psicológicas e sociais se pretendem sobretudo preventivas, e a prevenção moderna se quer, antes de

tudo, rastreadora dos riscos. Um risco não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de riscos) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis. Pode haver aí associações de riscos, quer dizer, correlações de fatores independentes: ter nascido, por exemplo, de mãe solteira que é também empregada doméstica (ou sem profissão, estrangeira, estudante, assalariada agrícola), menor de dezessete anos (ou mais de quarenta), tendo um número de gravidezes ou superior às taxas de média segunda idade, etc. A presença de tais fatores basta para desencadear um assinalamento automático, em virtude do axioma de que uma “mãe de riscos” engendra, ou cria, filhos de riscos. (Castel, 1987, p. 125).

Vemos muitos trabalhadores sociais e técnicos de diversas áreas, gestores de diferentes níveis do Estado usarem o termo risco para demarcar desvios de normas sociais e, muitas vezes, com recortes de etnia, de classe, de escolaridade, de gênero e de raça, de faixa etária e local/regional. Essa segmentação e repartição dos grupos é efeito de uma seletividade funcional para o governo baseado em perfis vinculados à racionalidade de fatores de risco e perigo, de cunho racista, constituídos por práticas de seguro (Wacquant, 2003).

Do anormal ao normal, a linha é, pois, incerta. Não reenvia nada na natureza. O anormal está na norma: o gigante tal como o anão, o idiota tal como o gênio. (...) Compreende-se que ela nunca exprimirá uma lei da natureza; tão-só pode formular a pura relação do grupo consigo mesmo. (Ewald, 1993, p. 87).

Ora, o interessante é que a emergência das ciências humanas e sociais se deu pela vontade de saber enquanto dispositivo da sexualidade, articulada à lei, à norma e à criação da sociedade como objeto problemático de poder, de saber e subjetivação. Nesse sentido, Foucault (2013) em *A verdade e as formas*



*jurídicas*, pontua que as ciências sociais, por volta do século XIX, começaram a se desenvolver a partir das práticas sociais e justamente estas práticas é que permitiram a constituição de saberes acerca do homem, da individualidade, do sujeito normal ou anormal, que estaria dentro ou fora das regras. Isso se deu, segundo o autor, sobretudo, por meio de práticas de controle e vigilância. Assim, pontua Foucault (2013: 18) “[...] esse saber não se impôs a um sujeito de conhecimento, não se propôs a ele, nem se imprimiu nele, mas fez nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento”.

Em resumo, o autor vai afirmar que essas práticas fizeram aparecer novos domínios de saber, que por sua vez, engendraram novos objetos, técnicas, conceitos, e principalmente novas formas de sujeitos e sujeitos de conhecimento. Portanto, existe demarcado na história o surgimento desse sujeito, bem como a verdade sobre esse sujeito, tem sua história.

Por meio dessas práticas se delinea o que Foucault vai chamar de “ortopedia social”, ou seja, momento em que as sociedades são pautadas pela norma e pela disciplina, onde o controle social passa a ser um importante meio de confisco dos corpos caracterizando uma nova forma de poder. “Esta é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências de observação como no caso do inquérito, mas ao que chamamos ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, etc.” (FOUCAULT, 2013, p.89).

## **A produção do dispositivo da sexualidade, desfazendo gênero efeminismos**

Pensar a sexualidade como um dispositivo implicou em diversos desdobramentos teóricos e políticos no que se refere às lutas de grupos sociais na década de 1980 voltados ao tema da orientação sexual, assim como, nas discussões acadêmicas acerca do gênero e da sexualidade. Essas discussões começam a ganhar força principalmente a partir do crescimento do movimento feminista.

O feminismo, enquanto um movimento social que surge com a finalidade de promover a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos civis e políticos, emerge para promover rupturas e abalos em uma ordem

constituída. Para Nogueira (2001), o movimento feminista pode ser dividido em três vagas: a primeira, que abarca um período que vai de meados do séc. XIX até a passagem das duas grandes guerras, e se caracterizou principalmente pelo seu caráter sufragista, ou seja, de reivindicação de direitos civis e políticos para as mulheres; a segunda, que se caracteriza pelos movimentos pós-guerra e abrange os anos 60 e 80 do séc. XX e se caracterizou pelas diversas conquistas das mulheres em diversos âmbitos, contando com mudanças de caráter econômico, cultural, tecnológico e científico, além de uma crítica contundente ao modelo de família nuclear; na terceira vaga, pode-se dizer que se tem início nos anos 1980, quando, apesar das diversas mudanças operadas no âmbito legal, o cotidiano se mostrava extremamente nebuloso para as mulheres.

Os estudos de gênero vão acompanhar de alguma maneira esse “desenvolvimento” operado pelos movimentos feministas em seus matizes diversos entrecruzados com outras lutas e movimentos. Uma primeira formulação da noção de gênero apresentava uma diferença inata entre homens e mulheres. Porém, entre 1960 e 1970, começam a aparecer discussões que concebiam o gênero não é mais fruto de questões inatas, mas sim, de forças sociais, de aprendizado cultural, das diferentes formas de socialização de homens e mulheres. Essa abordagem, apesar das rupturas em relação à concepção essencialista de gênero, ainda traz considerações tradicionais de feminino e masculino, permanecendo a dicotomia entre os supostos gêneros (Nogueira, 2001).

Assim cabe destacar que a palavra “gênero” emerge no campo de saber da biologia utilizada pelo biólogo estadunidense John Money em 1955 num sentido próximo do atual para enfatizar os aspectos sociais do sexo. Esse afrontamento das ideias essencialistas e naturalizadoras das diferenças sexuais possibilitaram que o “gênero” fosse engendrado como objeto de estudo no interstício dos “Estudos da mulher”, objeto central do feminismo. Esse deslocamento foi possível a partir da crítica que emergia nesse período aos universalismos nas diferentes disciplinas que se dedicavam ao “estudo das mulheres” (como a História, a Sociologia, a Psicologia, as Ciências Humanas, a Filosofia, a Educação etc.).

A historiadora Scott (1995) ao argumentar sobre gênero como “uma categoria útil de análise histórica” destaca que a emergência dessa categoria como objeto de estudo do feminismo e como categoria de análise tem implicações importantes na história e nas ciências humanas em geral. Conforme Scott (1995: 73), “[...] o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina”. As pesquisas feministas abririam espaço para escrever uma nova história, colocando em debate seus próprios temas de análise e os pressupostos epistemológicos e práticos dos trabalhos científicos realizados.

Dessa forma, de acordo com Scott (1995), o feminismo centralizando sua análise no sujeito (mulher) se desloca para as relações entre os sujeitos (entre mulheres e homens, mulheres e mulheres) forjando uma perspectiva relacional na qual gênero se constitui como categoria de análise. Assim, a categoria gênero passa a ser utilizada nas pesquisas feministas atrelada no desdobramento da assim denominada “segunda onda”, no final da década de 60, no século XX.

Os estudos iniciais que tomam gênero como objeto e categoria de análise se preocupavam em narrar uma história dos oprimidos, relacionando classe, raça e gênero e em descrever as características ditas femininas, mas seus maiores esforços estavam concentrados em denunciar a condição de subordinação das mulheres nos diversos âmbitos sociais (Louro, 1997).

As análises iniciais que tomaram a categoria analítica de gênero serviam para construir ‘teoria’, ou seja, para colocar algumas questões conceituais que fundamentaram os debates futuros, trazendo dos bastidores para o palco (como diria Foucault) do movimento feminista, as questões de gênero no embate com os estudos da mulher. A partir daí, os debates e polêmicas acenavam para mudanças analíticas significativas ao questionarem as desigualdades sociais justificadas pela distinção biológica (Louro, 1997).

Para que se pudesse formar uma argumentação capaz de contrapor-se a essa posição era necessário compreender como as características sexuais eram (e ainda são) representadas ou valorizadas em cada sociedade e em época diferentes. As relações de gênero resultam de uma construção social, pois cada

sociedade possui seus próprios critérios para instituir as relações sociais e, para compreendê-los é necessário saber como o objeto gênero é, ao mesmo tempo, efeito e articulação de forças com forças, ou seja, entrando em composição com um dispositivo que também é composto por leis, discursos diversos, documentos, arquiteturas, subjetividades, economias e políticas da existência determinadas (Scott, 1995).

O jogo de relações de poder-saber que efetua a oposição binária entre os gêneros não cria somente a divisão entre homens e mulheres, mas, sobretudo, justifica a supremacia de um suposto gênero sobre o outro. Nesse sentido, o homem assume o papel de dominador e a mulher de dominada, dando significado a uma relação de poder unidirecional e reforçando a noção de poder como algo que se possui e que teria apenas aspectos negativos/repressivos, resultando em posição de sujeitos numa relação fixa e vertical.

Ao definir as relações gênero como “[...] uma forma primária de dar significado as relações de poder” (Scott, 1995: 86), Scott produz um abalo nas pesquisas feministas que ainda assumiam uma concepção de poder unilateral, ao colocar homens e mulheres numa oposição binária, justificando a constituição de identidades estáveis e polarizadas.

Scott (1995: 88) utiliza a analítica de poder foucaultiana para evidenciar que “[...] gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Foucault (2005) desenvolve uma “analítica do poder” que vai contrapor-se à ideia de poder como algo que alguém detém de forma fixa e de modo unificado, para dizer que o poder está contido nas relações, ele é força que age sobre forças, sendo exercido nas diferentes relações e atravessa os corpos em diferentes direções. Ora, o poder não se cede, não se dá, não se troca, se exerce; não é uma propriedade e também não é apenas dominação e exploração, mas produz realidades, campos de saber e objetos de conhecimento, produz práticas de atenção e de cuidado, fabrica modos de ser e viver, sentir, pensar e agir (Foucault, 1979).

Nessa concepção de poder não há lugar para a noção de mulheres e homens como categorias essencializadas, hierarquizadas ou polarizadas, pois, no exercício do poder entram em jogo diferentes técnicas que não são aceitas de forma passiva, mas contestadas, resistidas, evidenciando que o poder é

como “uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade” (Foucault, 1979: 29).

Nesse sentido, não podemos pensar as relações de gênero em termos de dominadores e dominados, de um polo detentor de poder e outro não, pois no exercício de poder há correlações de forças que possibilitam resistências. Scott (1995) ressalta que trabalhar com a categoria gênero exige a análise da produção do modo de ser sujeito individual e social envolvido em transformações atravessadas por relações de poder. Scott (1995) utiliza a noção de poder de Michel Foucault, problematizado como uma relação dispersa construída discursivamente em diferentes composições de forças. Não existindo “o dono” do poder, nem um lugar privilegiado ou fixo do poder emergir, a perspectiva foucaultiana de analítica do poder examina o seu exercício difuso, capilar, micropolítico.

Homens e mulheres colocam o poder em movimento nas diferentes relações que podem experimentar e compor forças; bem como operar rearranjos de gênero, que não são fixos, muito menos naturais, mas são construídos a partir dos efeitos do poder nos discursos sobre gênero. As análises genealógicas centram-se na questão do poder microfísico, mas estas “[...] produzem um importante deslocamento com relação à ciência e à filosofia políticas, que privilegiam em suas investigações sobre o poder a questão do Estado” (Machado, 2006: 168).

Desconectar poder do Estado possibilitou perceber a multiplicidade de exercícios do poder pulverizados nas relações. Foucault, ao analisar genealogicamente a imanência saber-poder não criou uma teoria geral do poder, pois este não o considerava uma realidade que possui uma natureza ou essência universal, mas se constitui em formas dessemelhantes, heterogêneas e em constante mutação (Machado, 2006).

Em geral, o poder é representado como domínio, força, controle, contendo significados unicamente negativos, economicistas e jurídico-repressivos, mas, o poder “[...] não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 2006:08). Ora, assim, as relações de poder são exercidas em uma dinâmica, móvel e múltipla, heterogênea e não apenas reduzida à

economia e/ou à soberania jurídica. Ou seja, o poder, não é só negativo; é produtivo, pois se não fosse assim “ele seria muito frágil” (1979: 148). O poder produz efeitos positivos, pois constrói comportamentos, posturas, produzindo saberes e constituindo verdades, através das diversas técnicas utilizadas pelas instituições e práticas sociais em seus discursos. “Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos em nível do desejo [...] e também em nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz” (Foucault, 2006: 148).

Por conseguinte, as discussões sobre as relações de gênero possibilitam a definição das relações de poder constitutivas do masculino e do feminino, na sociedade, marcadas por um sistema datado e especialmente demarcado, pois, “[...] fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (Scott, 1995: 89). Os supostos significados de gênero são construídos inter-relacionados com outras dinâmicas sociais como a classe social, a etnia, a religião, a geração, a nação, entre outros e dentro de um contexto sócio-histórico específico. Todo este emaranhado é efeito e só assim pode ser desenhado e analisado, na superfície de exterioridade das relações de poder-saber.

No prefácio de seu livro *Gender and politics of history*, Scott (1994) acentua essa preocupação com o conceito de gênero se fundamentava na necessidade de explicar a conexão entre gênero e história, pois esta “[...] figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual” que constitui o gênero. Scott (1994) ressalta que usa a noção de saber de Foucault, para o qual o saber é sempre perspectivo, produzido no interior de epistemes construídas historicamente.

Os usos e significados desse saber “[...] nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas” (Scott, 1994: 12). Assim, os saberes sobre o objeto gênero articulam efetuações de poder a partir de procedimentos diversos engendrados historicamente, fazendo-o entrar em mutação, ao acaso das forças, em atualização permanente. Deste modo, para Scott (1995: 123-4) o uso do conceito de gênero permite entender: [...] como as relações entre os sexos

foram construídas em um momento histórico, por que razão, com que conceitos de relação de forças, e em que contexto político.

Para historicizar gênero é preciso enfatizar sua dimensão relacional que possibilita o questionamento das identidades que pressupõem a demarcação de limites e fronteiras a partir de marcadores biológicos ou sociais e, ainda produzir uma defasagem em que metodologicamente saíamos da armadilha da continuidade fenomenológica social para fazermos entrar em cena a genealogia, que postula a história descontínua e como guerra entre práticas discursivas e não discursivas nunca finalizadas (Rago, 2001).

Ao se constituir como uma categoria relacional, o gênero subverte a noção de identidade apresentada como essência e ponto de origem do sujeito. Tal posição é assumida por Judith Butler (2003) para quem o gênero passa a ser entendido como ato performático, como efeito, produzido ou gerado. Para Butler (2003) a problematização da identidade de gênero deve ser concomitante ao questionamento dos regimes de verdade que a produzem.

Assim, ao “desnaturalizar” gênero, Butler (2003) propunha libertá-lo daquilo que ela chama – em uma referência a Nietzsche – de metafísica da substância, pois o gênero seria um “[...] fenômeno inconstante e contextual, [...] [que] não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (p. 29). Essa compreensão de gênero de Butler (2003) permite que façamos uma crítica ao sujeito autônomo e universal aproximando-se da análise foucaultiana do sujeito.

O argumento de Butler (2003) é identificado com a teoria queer que desconfia da naturalidade das construções das identidades tanto de gênero como sexuais e de suas fronteiras pautadas em políticas identitárias que regulam não só as fronteiras dos gêneros e sexualidades considerados normais, mas também as próprias adjacências da sexualidade considerada “desviante”, disciplinando e fixando um lugar apropriado para a homossexualidade e o homossexual (Louro, 2004).

Conforme Louro (2009, p. 135): “Usado para indicar o que é incomum ou bizarro, o termo em inglês [queer] é, também, a expressão pejorativa atribuída a todo sujeito não-heterossexual”, mas que foi assumido por homens e mulheres

que recusam a normalização; optando viver a diferença e na diferença. A partir dessas experiências “A expressão ganhou força política e teórica e passou a designar um jeito transgressivo de estar no mundo e pensar o mundo” (Louro, 2009: 135), constituindo o que chama de teoria queer.

Entretanto, a teoria queer não pode ser caracterizada de forma fixa e tranquila, pois envolve desconfianças, descentramentos, fluidez; não se trata de uma teoria convencional, mas de uma teoria e uma política subversiva, atrevida, perturbadora sobre os gêneros e as sexualidades considerados desviantes, explorando as fissuras teóricas e políticas para se pensar e criticar as normas regulatórias da sociedade (Louro, 2004).

Embora os discursos sobre gênero e sexualidade funcionem como formas de exercício de poder sobre o corpo, nem todos são assimiladas, permitindo que se experimentem as fronteiras, lugares proibidos na sociedade binarista e regulatória. Assim, as fronteiras passam a ser um lugar desejado, cobiçado por aqueles/as que não querem ser enquadrados numa identidade, nem dizer de que lado estariam; mas apenas que querem estar lá e aqui ou nem lá nem aqui.

Para Spargo (2006: 08) “A teoria queer não é um quadro de referência singular, conceitual ou sistemático, mas sim uma coleção de compromissos intelectuais com a relação entre sexo, gênero e desejo sexual”. Dessa forma, realiza a crítica à naturalização do sexo e do sistema de gênero, para “reivindicar” o direito de transitar nas fronteiras ou mesmo viver nelas questionando a própria política de identidade que exige o ajustamento nas identidades, sejam as classificadas “normais” ou as “desviantes”.

O conceito de identidade que sustenta as políticas identitárias, “funciona” como uma forma de dar coerência ao sujeito ao longo de sua vida, como algo essencial a ele. A teoria e a política queer vão problematizar justamente essa centralidade da política identitária, para reivindicar a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, para desejar a transitoriedade, a multiplicidade de posições de sujeito, valorizando dessa forma as fronteiras não como um lugar perigoso, mas como um espaço desejado, possível não só de ser atravessada, mas de permanecer nela, mesmo que temporariamente (Louro, 2004).



Ao ampliar as análises desenvolvidas pelos estudos de gênero, a teoria queer não as substitui, pois ambas promovem a problematização das políticas de identidades e dos binarismos que tentam posicionar os sujeitos em lugares determinados por meio de relações de poder, tanto em nível do sujeito individual quanto coletivo e as duas trabalham com conceitos de Foucault tais como sexualidade, poder, resistência, discurso, normalização, entre outros.

A teoria queer também perturba os debates sobre sexualidade arregimentados na biologia para naturalizar identidades binárias, fixas, ancoradas em pressupostos corporais e ainda considera uma matriz que opera como uma noção universal e trans-histórica da sexualidade se remetendo muitas vezes ao determinismo biológico (Louro, 2007).

As críticas a esse enfoque surgem de diversas perspectivas que enfatizam de diferentes formas que a sexualidade é construída social e historicamente, e “[...] supõe ou implica mais do que corpos, que nela estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizados ou postos em ação para expressar desejos e prazeres” (Louro, 2007: 209-210). Entre elas, as que utilizam as ferramentas teóricas e metodológicas foucaultianas são produtivas para pensar a sexualidade como um constructo social, histórico implicado em relações de saber-poder e em práticas de subjetivação. Tais análises contribuíram para as críticas feitas pela teoria queer, ao problematizar a construção de identidade seja de gênero ou de sexualidade hetero ou homossexual.

Com essas críticas, haverá a necessidade de um deslocamento teórico que vai dos estudos de gênero para os estudos sobre a sexualidade. Um dos efeitos desses processos relatados é a crítica à ideia universal que caracteriza o sexo e a sexualidade a partir da dicotomia heteronormativa que circunda o gênero, para uma proposta que busca trazer a ideia do múltiplo, da desnaturalização, da legitimidade das sexualidades divergentes. Por exemplo, segundo Butler (2003), um dos principais nomes desse movimento, traz que, apesar de o gênero ter sido uma noção construída para questionar a formulação de que a biologia era o destino e de que o gênero, portanto, seria aquilo que seria construído culturalmente.

São esses questionamentos acerca da possibilidade de se pensar e repensar as noções de gênero, sexo e sexualidade e que vão permitir abrir brechas nesse dispositivo que, inserido em uma biopolítica, visa normalizar os corpos, ditando-lhes parâmetros de viver o seu sexo e sua sexualidade e psiquiatrizando os chamados prazeres perversos, ou seja, possibilidades outras que escapem aos domínios procriativos e da conjugalidade (Foucault, 1988).

Nesse aspecto, é importante salientar o aparecimento da medicina social, que também desestruturou o patriarcado, na medida em que foi construída a aliança entre Estado, medicina e mulheres mães (Costa, 1989; Donzelot, 1986; Rago, 1985). A regulação das condutas procriativas é uma dessas linhas de intervenção biopolítica sobre os corpos de mulheres, na conjugalidade e na relação com os filhos.

Além da histericização que as mulheres sofreram pelos discursos médicos, biológicos e psicanalíticos por meio do dispositivo de sexualidade. Nesse sentido, afirma Foucault (1988: 11) “denuncia-se o conformismo de Freud, as funções de normalização da psicanálise [...]”. A partir de então, aparece uma codificação clínica do fazer falar, de acordo com Foucault (1988); além de uma causalidade que opera pela etiologia sexual remetendo toda a vida às ressonâncias da sexualidade; ainda passa a se afirmar a lactência dos desejos sexuais reprimidos como matriz psicosexual; cria-se o princípio de interpretações desses desejos supostamente escondidos e, por fim, medicalizam-se os efeitos desse dispositivo de confissão pela psiquiatrização do que foi denominado de prazeres perversos.

Por isso, Badinter (1980) salienta que a apropriação da psicanálise pela sua generalização pela sociedade operou um efeito de familiarismo e regulação da reprodução, dos direitos sexuais e das maneiras de viver das mulheres no campo das normas divididas por gênero e pela divisão social do trabalho na família, articuladamente à medicalização das mulheres mães, esposas e trabalhadoras. As cartilhas e manuais surgem e são usadas para regular demograficamente a população e também suas condutas sexuais bem como taxas de natalidade, de longevidade, de mortalidade, prevenções em saúde e de doenças sexualmente transmissíveis e prescrevem o planejamento familiar e as regras de funcionamento da família.

Nasce com a medicina social a família medicalizada e medicalizante (Foucault, 1979; 1988; 2002). No curso, *Os anormais*, Foucault (2002) aponta a história do aparecimento da noção biopolítica de defesa da sociedade pela normalização das famílias, na regulação das mulheres, crianças, processos de desenvolvimento psicosssexual e relações de cuidado. As anomalias serão relacionadas à sexualidade e aos desvios da mesma em termos de desenvolvimento psicosssexual desde o período em que se é criança até a vida adulta marcada pela infância que retornaria por meio de sintomas e aos falhos indicativos de deslocamentos dos conteúdos reprimidos no início da adolescência. A psicopatologia entrará nesse domínio em que o instinto sexual ganha um lugar de destaque na produção de anomalias remetidas à infância.

“Encontra-se assim inscrito, tanto na instituição psiquiátrica como na judiciária, o tema do homem perigoso” (Foucault, 2004, p. 14). Ewald (1993) já havia alertado para o fato de que a lei e/ou o jurídico não são os únicos procedimentos de materialização do direito. “A lei proíbe, a disciplina prescreve” (Foucault, 2008a, p. 61). Enfatiza Ewald (1993, p. 41):

O regulamento interessa-se pelo que há de mais sutil na conduta ou no comportamento. Impõem gestos, atitudes, hábitos. Mede as distâncias que sanciona. Impõe o constrangimento contínuo e minucioso destas prescrições, ao longo da existência. Normaliza e moraliza ao mesmo tempo.

Abrir o campo múltiplo de forças heterogêneas que agem na criação das maneiras de existir, de se relacionar, de agir e pensar implica em operar nos processos de subjetivação no plano da história, da política, da cultura, da sociedade, da subjetividade e da economia. O sexo e a sexualidade não seriam raízes primordiais e fundamentais da subjetividade e sim apenas um dos vetores que a afetam e constituem sem nenhuma forma de determinação linear.

Assim, é possível sair do que a sociedade atual exigiu como correspondência entre o sexo biológico, o sexo jurídico e o sexo social (Foucault, 2014). Essa prática permite romper com a correspondência determinista e considerar as contracondutas na medida em que se pode ter um

sexo biológico feminino e não atuar a partir do que se espera socialmente do mesmo ou não precisar da mudança do nome para afirmar resistências políticas no campo da sexualidade. A erótica é uma tecnologia de si ligada aos prazeres e não a um sujeito de desejo naturalizado e universal. A erótica está ligada à economia dos prazeres e à dietética no campo do cuidado de si e dos outros e não se restringe apenas aos movimentos de liberação, apesar da importância dos mesmos e nem aos controles médicos e psicológicos da gestão da vida, limitando-a aos manuais das ciências sexuais (Foucault, 1998).

### **Considerações finais**

Em um de seus últimos textos, Foucault declara que o “sujeito” foi o grande tema geral de sua pesquisa. Em “O Sujeito e o Poder”, Foucault (1995) nos diz que seu objetivo era criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos em nossa cultura. Para tanto, lidou com três modos de objetivação que transformaram esse ser humano em sujeito.

Um primeiro modo está presente em um regime de discurso, que captura o sujeito em modos de investigação, ou seja, torna-se um alvo da ciência, da economia ou mesmo da própria história natural. O segundo modo está relacionado a “práticas divisoras”, onde o sujeito é dividido no seu interior em relação aos outros, e como essas tecnologias o objetivam. É essa forma de objetivação que promove as divisões entre o louco e o são, o doente e o sadio.

Esse novo modo requer um terceiro para usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Seria como reconhecer o campo de forças que forma, por exemplo, determinado dispositivo em nossa sociedade. Pelo fato de um dispositivo contar com inúmeras forças móveis, instáveis, heterogêneas e da sua confrontação ser inevitavelmente tensa (justamente pelos efeitos de resistência que ela suscita), desequilibrada e de se realizar em espaço aberto torna incerta a estabilidade de um dispositivo, produz a necessidade de rearranjos e de rearticulações constantes em sua configuração e gera fissuras nos estados de dominação que tal dispositivo engendra (Weinmann, 2006).

Podemos falar que esse novo enfoque dado por Foucault é representado na mudança do foco de análise do dispositivo de sexualidade trazido por ele em “A vontade de saber” para uma pesquisa das modalidades de relação consigo, mediante as quais os sujeitos modernos constroem a experiência de si próprios como sujeitos de uma sexualidade. Esse sujeito imerso nessas malhas do poder que buscam capturá-lo visa encontrar saídas que só podem ser encontradas dentro dessa própria malha.

A nossa sociedade é formada por espaços múltiplos, cujas relações podem ser mais disciplinares, formalistas, normalizadoras e de controle como por espaços que ofereçam fuga e resistência. Aqui, interessa-nos justamente falar de espaços de possíveis em que a diferença pode aparecer como a resistência que escapa as dominações.

Na entrevista *A ética do cuidado de si como prática de liberdade*, Foucault (2010: 267) diz que a “liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade”. O que se estabelece, portanto, são relações de poder e, conseqüentemente, formas de resistência. Poder não entendido como negativo e resistência como tentativa de libertação ao poder.

Não é fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra algum efeito de verdade produzido por esse poder, contra algum estado de dominação provocado pelo poder. Desse modo, só há poder porque há resistência a ele; ao contrário, seria simplesmente uma questão de obediência. Seguindo essa concepção foucaultiana, a resistência pode provocar novas relações de poder, assim como o poder pode suscitar formas outras de resistência.

Porém, não é uma relação de causa e efeito. “Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (Foucault, 1979: 241). Com efeito, o ato de governar só é possível a partir do jogo de provocação e retroalimentação mútua entre poder e resistência.

Deslocar a verdade do sexo e da sexualidade é uma política de existência que propicia a ruptura com a naturalização de gênero e com as dualidades e binarismos que sustentam práticas divisórias que determinam espaços e

maneiras de ser específicas na formação de subjetividades. A saída da causalidade sexo, sexualidade, desenvolvimento psicosssexual possibilita criar outros modos de viver e pensar que acionam resistências frente aos processos de medicalização das condutas de mulheres, de crianças e dos prazeres outros.

Pensar as contribuições de Foucault para o tema da sexualidade abre um leque amplo de possibilidades para discussões. Desde o dispositivo de sexualidade até a sua discussão sobre a constituição do sujeito enquanto prática de cuidado de si torna a obra deste autor uma referência para aqueles que querem e se propõe a pensar a sexualidade fora dos padrões normativos, normalizantes, dicotômicos e patologizantes que ainda marcam o pensamento e as práticas contemporâneas de análise das práticas produtoras de gênero e sexualidade.

No que tange ao dispositivo de sexualidade na constituição dos modos de existência, em especial, por meio dos atravessamentos de gênero e sexualidade, é possível indicar com Foucault (1995: 10) que:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

Com efeito, observa-se que Foucault com grande frequência se voltou a pensar o presente e os intoleráveis que nele se encontram, para abrir brechas e fissuras em tudo que se encontra de forma natural com o objetivo de pensar novas maneiras e possibilidades de ser e existir. Com essa breve discussão que trazemos sobre alguns pontos destacados por Foucault, também buscamos oferecer elementos que, nessa malha de poder em que se encontra inserido o dispositivo de sexualidade, possam ajudar a pensar a partir de espaços outros, como uma heterotopia.

## **Referências**

BADINTER, Elizabeth. *O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: São Francisco, 1980.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, Robert. (1987). *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

COSTA, JurandirFreire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EWALD, F. (1993). *Foucault: a norma e o direito*. Trad.: António Fernando Cascais. Lisboa: Vega.

FONSECA, M. A. (2003). *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. L. & Rabinow, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 1ª ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: *Ética, sexualidade, política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. (2013). *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: NAU.

FOUCAULT, Michel. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LOURO, Guacira. Foucault e os estudos *queer*. In: Rago, M. & Veiga-Neto, Alfredo (Orgs). *Por uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 135-142, 2009.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho*– ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira et al. (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, p. 85-104, 2003.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Robert. *Foucault, a ciência e saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOGUEIRA, Cristina. Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social, In: *Psicologia & Sociedade*, 13, 1, p. 107 –128, 2001.

PRADO, Kleber.& TETI, M.A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. In: *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 38, p. <45-59>, jan./jun.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. O mito da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RAGO, Margareth. O gênero entre a História e a Psicologia. *Anais das Terças Transdisciplinares*. Rio de Janeiro: Departamento de Extensão, Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p. 85-96, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez, 1995.

\_\_\_\_\_. Prefácio a *gender and politics of history*. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, v. 3, p. 11-27, 1994.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

WEINMANN, A. Dispositivo: um solo para a subjetividade. In: *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, v. 18. n. 3, p. 16-22, set./dez, 2006.